



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

RITHIANNE BARBOSA PEREIRA DOS SANTOS

**NÓS COMPARTILHADO:
TÁTICAS EMANCIPATÓRIAS DE MULHERES PRETAS E PERIFÉRICAS
ENQUANTO FORMAÇÃO**

**RIO DE JANEIRO
2021**

RITHIANNE BARBOSA PEREIRA DOS SANTOS

**NÓS COMPARTILHADO:
TÁTICAS EMANCIPATÓRIAS DE MULHERES PRETAS E PERIFÉRICAS
ENQUANTO FORMAÇÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção de grau do curso de Licenciatura em Pedagogia.

Rio de Janeiro, 04 de junho de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Patrícia Baroni

UFRJ

Prof^a Dr^a Núbia de Oliveira Santos

UFRJ

Prof^a Dr^a Graça Regina Franco da Silva Reis

UFRJ



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos 04 dias do mês de junho de 2021, com base na Resolução CEG nº 02, de 15 de abril de 2020, reuniu-se em sessão remota, que foi gravada, a Banca Examinadora da Monografia intitulada: **NÓS COMPARTILHADO: TÁTICAS EMANCIPATÓRIAS DE MULHERES PRETAS E PERIFÉRICAS ENQUANTO FORMAÇÃO**, de autoria da graduanda **RITHIANNE BARBOSA PEREIRA DOS SANTOS, DRE 116023122**, do Curso de Licenciatura em Pedagogia. A Banca, participando por videoconferência, foi constituída pelos professores: Núbia de Oliveira Santos, Graça Reis e Patrícia Baroni, esta na condição de orientadora e presidente da sessão. Às 10h, a sessão foi aberta, convidando-se à candidata a fazer breve exposição sobre a monografia em julgamento e concedendo-lhe o prazo máximo de 20 minutos. Finda a exposição, passou-se a palavra aos participantes da Banca Examinadora, esclarecendo-se que cada um deles dispunha de até 10 minutos para sua arguição e que a candidato(a) dispunha do mesmo tempo para as respostas. Ao final da arguição, a Banca Examinadora analisou e decidiu reservadamente sobre a Monografia apresentada. A seguir, a presidente comunicou que a Banca Examinadora considerou a monografia **APROVADA** com a nota **10 (dez)**, com indicação de publicação de artigos em revistas qualificadas, ressaltando a qualidade do texto produzido e orientando para a continuidade da vida acadêmica. A presidente da Banca Examinadora deu por encerrada a sessão às 12h00h. E, para constar, eu, Patrícia Baroni, lavrei a presente ata que foi assinada por mim representando todo os membros da Banca e a candidata.

Profa. Dra. Patrícia Baroni – orientadora

Prof. Dra. Núbia de Oliveira Santos – Membro da Banca

Profa. Dra. Graça Reis – Membro da Banca

Rithianne Barbosa Pereira dos Santos – candidata

Nome completo do orientador(a)

Presidente da banca

PATRICIA RAQUEL BARONI
Professora de Didática e Prática de Ensino
dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Faculdade de Educação / UFRJ
SIAPPE nº 30999231

DEDICATÓRIA

*Eu dedico esta pesquisa às mulheres pretas e faveladas,
que travam embates diários pela garantia de suas emancipações, não asseguradas como direito
do bem viver social..*

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço a mim mesma por, depois de inúmeros convites sociais para que eu viesse a me retirar do espaço acadêmico, ter conseguido acreditar em mim e permanecer.

Eu agradeço à minha melhor amiga, parceira de todas as horas, que sempre esteve ao meu lado, mais precisamente há 23 anos. Que me apoia e me questiona quando, segundo ela, é necessário. Com quem sempre pude contar, mesmo quando, eventualmente, estávamos emburradas uma com a outra, o que considero absolutamente normal entre irmãs. Meu porto seguro, Rithiele Barbosa Pereira dos Santos.

À mulher que, de todas do mundo, eu ainda assim a escolheria. Que sempre me disse que de onde minha família vinha, poderiam nos tirar tudo, menos os estudos. Quem sente mais dor que eu quando há alguma ferida em mim. Meu exemplo de mulher e garra. Minha mãe, Margareth Barbosa.

Ao meu pai, José Carlos, que sempre me apoiou e incentivou em tudo o que eu planejava fazer, sempre com palavras de cuidado, mesmo quando nada de concreto me fosse assegurado.

À minha avó, Laurinete Barbosa, que sempre teve um colo quentinho quando eu precisei, junto à comida mais gostosa desse mundo que melhora qualquer sentimento ruim que esteja presente.

À minha tia Simone, para quem corro sempre para fazer minha terapia diária de amor e fofoca.

Aos meus irmãos, que me admiram em segredo e, mesmo reclamando, eu sempre posso contar com eles. Que me fazem querer, cada vez mais, atuar pela garantia de um futuro menos exaustivo e desigual quando se almeja ascensão social e igualdade de oportunidades: Ruan Carlos, Cauã Victor e Heloisa.

Agradeço às duas pessoas que compõem comigo o trio das 3 espiãs: Gui e Re, que nos momentos difíceis tentam me alegrar, a ponto de fazermos um bloco de Carnaval dentro de casa. E que choram junto quando tenho mesmo é que chorar.

À pessoa com quem não fui com a cara no primeiro momento, e que hoje, não tenho dúvida de que é a amiga e companheira com a qual fui presenteadada por este mundão: Ilana Maria.

À Talita e à Elizama, presentes que o campus me deu e tenho felicidade de levar

para vida.

Ao meu amigo e confidente, Gustavo Bento, que em momentos de fraqueza, sempre me cuidava com palavras encorajadoras e acreditou em meu potencial quando eu mesma, por vezes, pensei me render.

Às professoras por quem sempre tive admiração e sempre me incentivaram, desde os Anos Iniciais do Ensino Fundamental até o momento atual, em especial, Monique, Rosimar, Valéria, Regina Céli.

Às professoras da Faculdade de Educação por quem pude, enfim, ter identificação e admiração e me sentir representada. Em quem pude me enxergar como pertencente a um espaço ao qual nunca me senti convidada: Núbia Santos e Ana Paula Moura.

À Graça Reis, por quem possuo forte admiração. Que me apresentou o colorido da pesquisa com narrativas e cotidiano, e assim, acreditar que esta pesquisa seria possível

Agradeço também à minha orientadora e amiga Patrícia Baroni, com quem sempre pude contar dentro e fora do espaço acadêmico. Quem não mede esforços de afeto ou parceria. Quem voou comigo e aterrissou conforme o vento soprou. Ora mel, ora limão; por vezes, a combinação perfeita para se recuperar de um mal estar. Energia. Obrigada.

EPIGRAFE

*I got my arms, I got my hands
I got my fingers, got my legs
I got my feet, I got my toes
I got my liver, got my blood
I've got the life*

(Nina Simone)

RESUMO

SANTOS, Rithianne Barbosa Pereira dos. **Nós compartilhado:** táticas emancipatórias de mulheres pretas e periféricas enquanto formação. Rio de Janeiro, 2020. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar narrativas de mulheres pretas e periféricas e suas táticas cotidianas em busca de emancipação social. Parto do pressuposto de que o repertório legal brasileiro e as ações de âmbito governamental não asseguram o mínimo para a vida digna dessas mulheres. Para tal, optei pela metodologia de pesquisa narrativa, indispensável para enredar as vozes das participantes que constituíram comigo parte desta jornada formal. O caminho metodológico contribuiu para que eu pudesse me aproximar das mulheres e com elas viver de uma maneira singular os modos como se sentiram, se tocaram, com suas vivências, com suas realizações, seus desejos, suas dores, alegrias, suas peles. As conversas foram realizadas de maneira remoto, através de chamadas de vídeo, recursos possíveis devido à avassaladora, angustiante, lamentável, revoltante pandemia que estamos vivendo durante a apresentação e defesa desta monografia. Para além de uma discussão de referências conceituais, a pesquisa apresenta três narrativas de mulheres pretas e periféricas. Estas mulheres foram escolhidas pois estiveram presentes na minha trajetória de vida, em diferentes *espaçostempos*, no compartilhar de pedacinhos que compõem o meu templo em constante movimento. E isso muito me alegra. Os conceitos de Racismo Estrutural, de Ecologia dos Saberes, de Epistemologias de Sul, de Colonialidade e de Escrevivências são abordados e discutidos neste espaço enquanto um debate das mulheres da pesquisa nas suas vivências. A possibilidade de abertura de mais um espaço de debates e discussões, reflexões e autorreflexões, autoconhecimento compõe as conclusões desta monografia que vislumbra despertar múltiplos sentidos nos leitores ao fim deste passeio cheio de parágrafos e histórias.

Palavras Chaves: Escrevivências. Táticas Emancipatórias. Racismo Estrutural, Formação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Todo conhecimento é autoconhecimento.....	10
Em busca do “nós compartilhado”.....	14
1 ENTRELAÇADO DE IDEIAS.....	22
2 O CISNE.....	31
3 NARRATIVAS OUTRAS TAMBÉM NOSSAS.....	35
3.1 Agora eu quero. Nossa, depois de trinta anos.....	35
3.2 Porque não é só um penteado. É uma mensagem que estamos passando.....	40
3.3 Tanta gente na loja. Por que ela não tá perguntando para essas pessoas se querem ajuda?.....	43
4 CAMINHO DAS PEDRAS.....	48
5 E O FIM DO ARCO-ÍRIS? SERÁ QUE TEM UM POTE DE OURO?.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

INTRODUÇÃO

Todo conhecimento é autoconhecimento

Primeiro de tudo, gostaria de dizer que, se hoje me entendo como pesquisadora, é porque aprendi que não preciso me distanciar do meu cotidiano para que isto seja possível. Tampouco, torná-lo exótico para compreendê-lo em sua abundante diversidade.

Há aproximadamente uma década, eu sonhava com a possibilidade de conseguir me estabelecer no mercado de trabalho para então custear uma graduação em instituição de ensino superior privada. Eu desconhecia as possibilidades de ingressar em universidades públicas. Na verdade, eu nem sabia que elas existiam. Para as pessoas do meu círculo de convivência, concluir o ensino fundamental já era grande conquista. O que eu entendia por faculdade vinha das cenas protagonizadas por personagens de novelas com vidas muito diferentes da minha. Por isso, comecei a entender que as pessoas que tinham condições financeiras mais favoráveis, eram também pessoas que concluíam ao menos uma graduação, o que não era total inverdade.

De fato, essa idealização se nutriu de maneira robusta por grande influência das mídias disponíveis a meu acesso na época (que se resumia à TV aberta), o que impossibilitava mais ainda a capacidade de almejar uma formação, haja vista ser filha de pais nordestinos, de educação básica não concluída, que destinava a renda escassa às despesas de quatro filhos.

Eu não me parecia com as pessoas da TV. A minha casa não se parecia com as casas da TV. Meus pais não se vestiam para trabalhar como os pais dos jovens da TV, os mesmos jovens que falavam inglês, viajavam nas férias de verão e sempre tinham uma mesa de café da manhã cheia de frutas, bolos e sucos que eles nunca comiam.

Aos poucos, algumas músicas que, por diversas vezes, presenciei meu pai cantar com a voz embargada, começavam a fazer sentido. Fizeram mais sentido ainda, quando me dei conta de que meu pai não era o único preto a colocar a caixa de som no último volume como um chamado à comunidade: uma forma de protesto, mesmo que de maneira não intencional, mesmo sem a menor percepção disso. Na letra do grupo brasileiro de rap Racionais MC's (2002), o trecho:

*Às vezes eu acho que todo preto como eu
Só quer um terreno no mato, só seu
Sem luxo, descalço, nadar num riacho
Sem fome, pegando as frutas no cacho
Aí truta, é o que eu acho
Quero também, mas em São Paulo
Deus é uma nota de cem*

O fragmento citado, que tanto marcou minha trajetória e orientou as poucas escolhas que me foram oportunizadas, é passível de incontáveis interpretações. Contudo, segundo Certeau (1994, p. 49) *um texto é habitável à maneira de um apartamento alugado*. Eu o habitei como a revolta de uma classe social e de uma identidade étnica que se percebe, todos os dias, implorando por dignidade, vida sadia e paz; que se agarra a crenças difundidas pelas narrativas da modernidade, que invisibilizam os processos de exclusão, mas que nos convencem de que no fim tudo dá certo.

Mas, se você tivesse uma nota de cem para comprar Deus, viria outro com dez notas iguais à sua, e a sentença da redenção que nos fazem acreditar que somos merecedores por nossos pecados (origens), nunca seria paga.

Por vezes, ouvir essa música e outras tantas que se propunham a questionar desigualdades sociais refletidas em realidades periféricas, alimentou em mim a ideia de que eu não poderia errar. Que diferentemente das incontáveis balas perdidas que se achavam em corpos negros e favelados, meu tiro tinha que ser certo, e eu só tinha uma bala na agulha.

Ainda na educação básica, fui selecionada para uma bolsa, custeada pela ONG Se Essa Rua Fosse Minha¹ para atuar no projeto TEPIR (Território de Educação para Promoção de Igualdade Racial). Foi onde tive meu primeiro contato como mediadora de leituras e contadora de histórias em escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental nos anos iniciais. Atuei nessa ONG durante dois anos, inicialmente nas ações citadas, mas, em seguida, alarguei essa atuação para também formadora de outras bolsistas que vieram a partilhar esse espaço comigo.

¹Fundada em 1991 pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, o objetivo inicial da ONG é promover e apoiar ações socioeducativas para inclusão e garantia de direitos de meninos e meninas em situação de rua.



Fonte: Arquivo pessoal

A essa altura, eu já considerava o espaço escolar como possibilidade de atuação profissional. O fato de ter professores grevistas, que lutavam por melhores condições trabalhistas para a categoria, e que por isso eram atacados com bombas de efeito moral, sprays de pimenta, balas de borracha e golpes de cacetetes, não me distanciaram dessa consideração. Pelo contrário, construí uma gestão como gremista estudantil, estendi minha atuação como secretária de mulheres da UEES (União Estadual dos Estudantes Secundaristas) e ampliei meu engajamento político ao me filiar a um partido a partir da compreensão que adquiri sobre a importância de um voto.

O protagonismo se esvaiu com a aprovação no SiSU (Sistema de Seleção Unificada). Ao ingressar na graduação, tudo parecia privilégio, inclusive ter tempo para me dedicar aos movimentos estudantis.

Eu chegava sempre atrasada nas aulas porque vinha das aulas de Teatro e Dança Afro que comecei a ministrar no CIEP (Centro Integrado de Educação Pública) onde concluí

minha educação básica, por meio do Programa Mais Cultura nas Escolas². Isso me garantia parte da passagem, já que, por ser moradora da Baixada Fluminense (RJ), não tinha direito ao Riocard Universitário, programa que assegura a gratuidade em ônibus municipais.

Em um país tão desigual como o Brasil, conseguir esquentar minha marmita e comer na sala de aula para não prolongar o atraso, era sinônimo de expressões de negação vindas de alguns professores e de parte da turma. E mais uma vez, as canções conversam com a realidade: Toni Ferreira, em sua composição *Reflexo de Nós* (2013), refletia na verdade uma revolta. A mesma revolta que eu sentia e protagonizava todos os dias.

*São milhões de brasileiros
Que não tem pra onde correr
Mas que correm contra o tempo
Pra no fim poder comer
Engolem a seco com a sede de vencer
Mas que tempo vagabundo
Que escolheram pra eu nascer*

Com o término da bolsa do Programa Mais Cultura nas Escolas, tive que buscar outras táticas para me manter na graduação: foi quando comecei a vender trufas na faculdade. E por algumas vezes, quando não conseguia vender tudo na Faculdade de Educação do CFCH (Centro de Filosofia e Ciências Humanas), finalizava as vendas no metrô na volta para casa. A essa altura, não me importava se era legalmente permitido. O sistema era falho, desigual, desestimulante e violento para mim. Diante de minhas presentes necessidades, não pude ser leal a ele.

Eu sentia vergonha, mas sentia mais medo. Medo de ter que trancar a faculdade, como sugerido pela minha mãe em momentos de crise. Eu sabia que, de fato, não era o que ela queria, mas também não me sentia no direito de cobrá-la acreditar em algo que, para nós, parecia tão distante.

Algumas licenciandas que ingressaram na minha turma já haviam desistido da graduação por questões similares. E não por não se esforçarem, como defendido pela ideologia meritocrática, mas porque, de alguma forma, as problemáticas delas, em suas peculiaridades, não lhes permitiram as mesmas oportunidades que as minhas problemáticas me permitiram.

Quanto mais eu refletia sobre esses cenários, esses diferentes contextos, essas

²O Programa Mais Cultura nas Escolas consiste em iniciativa interministerial firmada entre os Ministérios da Cultura (MINC) e da Educação (MEC) em 2014.

mulheres, que constituíam majoritariamente o curso de Pedagogia, eu pensava que outras muitas, do mesmo curso, de cursos diferentes, partilharam essa mesma segregação oriunda da desigualdade e da falta de oportunidades.

Lembro-me de uma das aulas que assisti logo no início da graduação. Uma professora problematizou o pensamento de Pierre Bourdieu de que a escola reproduz desigualdades sociais. De acordo com ela, se a assertiva do autor estava correta, como então eu poderia estar “ali”? Certamente, faltava a ela a análise de que, ao mesmo tempo em que na sala de aula cabia a narrativa de uma outra colega sobre o fim de semana na Austrália, invisível, eu contava moedas para comprar um bilhete do metrô.

Entre entrevistas de emprego, trufas e fim de período, comecei a trabalhar em uma empresa de varejo. Eram dez horas de trabalho pesado somadas às quatro horas diárias de transporte. Eu me alimentava uma vez por dia e por vezes me restavam três horas para dormir. A essa altura eu mantinha as notas, mas nada fazia sentido. Na verdade, eu pensava, mais do que nunca, em como um espaço onde sonhei viver momentos tão encantadores, tornava-se um espaço onde, para que nele eu permanecesse, eu tinha que me machucar tanto. E como eu, existiam outras muitas.

Quando já não mais estava dando conta, decidi conversar com meus professores em busca de compreensão e talvez alguma alternativa. Ouvi que talvez fosse melhor eu trancar minha matrícula mesmo, que se eu não estava dando conta, não havia o que fazer. Ainda bem que eu não dei ouvidos a isso. O trancamento não era uma alternativa para mim. Eu sabia que se eu trancasse minha graduação, a probabilidade de voltar se tornaria ínfima. Era hora de usar “minha nota de cem” e torcer para que não houvesse leilão.

Pedi demissão do trabalho e me inscrevi no processo seletivo de Políticas de Permanências Estudantis. Consegui um benefício. É verdade que essas políticas me mantiveram na graduação, mas é verdade também que não possuímos assistência estudantil para todos que precisam. Por isso, aproveito esse espaço para defender as políticas públicas de auxílios estudantis e de combate à miséria, hoje em vigor no país, pois considero fundamentais para o mínimo de dignidade em meio a tanta desigualdade social.

Tudo isso contribuiu para que hoje, minha pesquisa se dedicasse a pesquisar com as mulheres que escolhi. *Praticantespensantes* (OLIVEIRA, 2012) que a todo momento precisam pensar em como serão seus amanhã, em como tentar driblar a estrutura social preponderante, as mesmas que constituem suas *táticas de guerrilhas* (CERTEAU, 1994) diárias.

Nesse sentido, as narrativas de minha vida se inscrevem como conhecimento potente. Narrar minha experiência cotidiana produz saberes que eu não encontraria em nenhuma pesquisa acadêmica. Certamente, foram esses saberes que me conduziram à pesquisa em questão. Assim, concordando com Santos (2008), afirmo que *todo conhecimento é autoconhecimento*.

A ciência moderna consagrou o homem enquanto sujeito epistêmico mas expulsou-o, tal como a Deus, enquanto sujeito empírico. Um conhecimento objectivo, factual e rigoroso não tolerava a interferência dos valores humanos ou religiosos. Foi nesta base que se construiu a distinção dicotômica sujeito/objecto. No entanto, a distinção sujeito/objecto nunca foi tão pacífica nas ciências sociais quanto nas ciências naturais e a isso mesmo se atribuiu, como disse, o maior atraso das primeiras em relação às segundas. Afinal, os objectos de estudo eram homens e mulheres como aqueles que os estudavam. (SANTOS. 2008, p. 80)

Em busca do “nós compartilhado”

Percebendo que minha narrativa é singular, mas que a estrutura de opressão imposta, ora de maneira voraz, ora de maneira subliminar, determina os *espaçotempos* cabíveis às mulheres pretas e periféricas, ao escrever minha história sei que muitas mulheres se lêem nela. Evaristo (2009), ao tecer suas produções literárias experimenta esta condição, ao afirmar “quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvencilho de um corpo-mulher-negra em vivência e que, por ser esse o meu corpo, e não outro, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta.”

A presente pesquisa tem como objetivo enredar minhas narrativas às narrativas de *praticantespensantes* que, em suas trajetórias, tecem práticas emancipatórias em prol de driblar a estrutura de marginalização, subalternização, segregação vigente na conjuntura brasileira atual. Para isso, junto a essas mulheres, considerarei seus marcadores sociais, tais como: região de moradia, raça, gênero, sexualidade, classe econômica. Escolhi me dedicar a este tema muito pela inconformidade com as realidades tão divergentes.

No meu aniversário de vinte anos, meus amigos fizeram uma festa surpresa para mim. Eu havia passado o dia na universidade e, quando cheguei, estava tudo muito bem organizado: uma festa feita em casa, com mão de obra 100% familiar e de meus amigos. No mural, atrás da mesa com o bolo e as guloseimas, onde geralmente costumamos tirar as fotos, um painel com quatro cartolinas unidas umas nas outras apresentava a ilustração do

Cristo Redentor, do Pão de Açúcar e da favela onde todos nós moramos.

Eu nem precisei perguntar o tema da festa. Um dos meus amigos já foi me adiantando: “É a garota da Baixada que vive na Zona Sul”.

Não importava se geograficamente a ilustração fazia sentido. O que importava era toda a narrativa naquele painel. A favela da pintura não era Cantagalo ou Vidigal (favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro). Eram favelas de Belford Roxo e de São João de Meriti, da Baixada Fluminense, que como todas as outras, possuem suas histórias e identidades, e constituíram também as minhas.



Fonte: Arquivo pessoal

Em *O espectador comum: a imagem como narrativa*, Alberto Manguel (2007) traz a seguinte reflexão:

As imagens, assim como as histórias, nos informam. Aristóteles sugeriu que todo processo de pensamento requeria imagem. "Ora, no que concerne a alma pensante, as imagens tomam lugar das percepções diretas; e, quando a alma afirma ou nega que essas imagens são boas ou más, ela igualmente as evita ou as persegue. Portanto a alma nunca pensa em uma imagem mental." Sem dúvida, para o cego, outras formas de percepção, sobretudo por meio do som e do tato, suprem a imagem a ser decifrada. Mas para aqueles que podem ver, a existência se passa em um rolo de imagens que se desdobra continuamente, imagens capturadas pela visão e realçadas ou moderadas pelos outros sentidos, imagens cujo significado (ou suposição do significado) varia constantemente, configurando uma linguagem feita de imagens, por meio das quais tentamos abarcar e compreender nossa própria existência. As imagens que formam nosso mundo são símbolos, sinais, mensagens e alegorias. Ou talvez sejam apenas presenças vazias que completamos com o nosso desejo, experiência, questionamento e remorso. Qualquer que seja o caso, as imagens, assim como as palavras, são matérias de que somos feitos. (MANGUEL, 2007, p. 21)

Tínhamos realidades muito próximas e, mesmo assim, éramos bastante diferentes. E não me refiro a mim e a eles, e sim todos nós entre nós mesmos. E todas essas diferenças nos constituem como o expresso no pensamento de Bakhtin (2012) de que se os outros que nos constituem, e eu sou o que sou, sou porque outros me constituíram. Contribuem também com essa compreensão, Deleuze e Parnet (2004), com a ideia de que somos sujeitos múltiplos, de que não deixamos de ser uma *coisa* para então sermos *outra*, e de que as influências, sejam elas familiares, profissionais, interpessoais, são reflexos e refletem, tanto em instâncias pessoais quanto coletivas. Sobre isso,

Indivíduos ou grupos, somos feitos de linhas, e tais linhas são de natureza bem diversa. A primeira espécie de linha que nos compõe é segmentária, de segmentaridade dura (ou, antes, já há muitas linhas dessa espécie); a família-a profissão; o trabalho-as férias; a família-e depois a escola-e depois o exército-e depois a fábrica-e depois a aposentadoria. E a cada vez, de um segmento a outro, nos dizem: agora você já não é um bebê; e na escola, aqui você não é mais como em família; e no exército, lá já não é como na escola... Em suma, todas as espécies de segmentos bem determinados, em todas as espécies de direções, que nos recortam em todos os sentidos, pacotes de linhas segmentarizadas. Ao mesmo tempo, temos linhas de segmentaridade bem mais flexíveis, de certa maneira moleculares. Não que sejam mais íntimas ou pessoais, pois elas atravessam tanto as sociedades, os grupos quanto os indivíduos. (DELEUZE, PARNET, 2004, p.146)

Por isso, quando apresentamos nossas narrativas, apresentamo-nos de maneira coletiva, atravessadas pela trajetória que é singular, mas ao mesmo tempo plural por construção de natureza social. E esse limbo me alimenta, me inquieta. Conviver com as diferenças para mim não é um problema. É poético. O problema se dá quando há percepção de negação de direitos e oportunidades.

Por isso, decidi fazer de minha monografia, não apenas um espaço obrigatório de finalização de etapa para conclusão de curso, mas também um espaço para exaltar essas *praticantespensantes* com quem dialoguei, e refletir com suas perspectivas, que também me constituem.

Não por acaso, as mulheres com quem conversei nesta pesquisa estão bastante presentes em meu cotidiano, mesmo que de maneira não física. O “nós compartilhado”, desde os ensinamentos familiares até os corres³, quando a maior idade chega ou quando a necessidade chama (essa de maneira bem mais recorrente), torna-nos uma comunidade, que possui dores, sonhos, perdas, realizações, partilhas, desesperanças e conquistas.

Ferraço (2007), referindo-se às pesquisas com as escolas, traz pistas que se inscrevem nas maneiras de fazer esta pesquisa, que, apesar de não se tratar de uma pesquisa com as escolas, também elenca a necessidade de falar de si através do outro, justamente por ser constituído eu do outro.

Uma outra pista que estamos seguindo tem a ver com o fato de que nossa busca por tentar entender o que acontece no cotidiano das escolas e, sempre que convidado, tentar ajudar aos que lá estão, durante esses anos de pesquisa, traz as marcas das histórias por nós vividas na vida e na educação. Como defendi em outro texto (2003), em nossas pesquisas com o cotidiano das escolas estamos sempre em busca de nós mesmos, de nossas histórias de vida, de nossos “lugares”, tanto como alunos que fomos quanto como professores que somos. Estamos, de alguma forma, sempre retornando a esses nossos “lugares” (Lefebvre, 1991), “entre-lugares” (Bhabha, 1998), “não-lugares” (Augé, 1994), de onde, de fato, penso que nunca saímos. (FERRAÇO, 2007, p. 147)

Por isso, tornar este *espaçotempo* o de compartilhamento destas narrativas, deixa de ser, para mim, um trabalho acadêmico apenas, e torna-se um processo de enredamento de

³ Expressão popular, oriunda da periferia, que refere-se a atividades, geralmente informais, cuja finalidade se dá por adquirir insumos financeiros na tentativa de se manter economicamente.

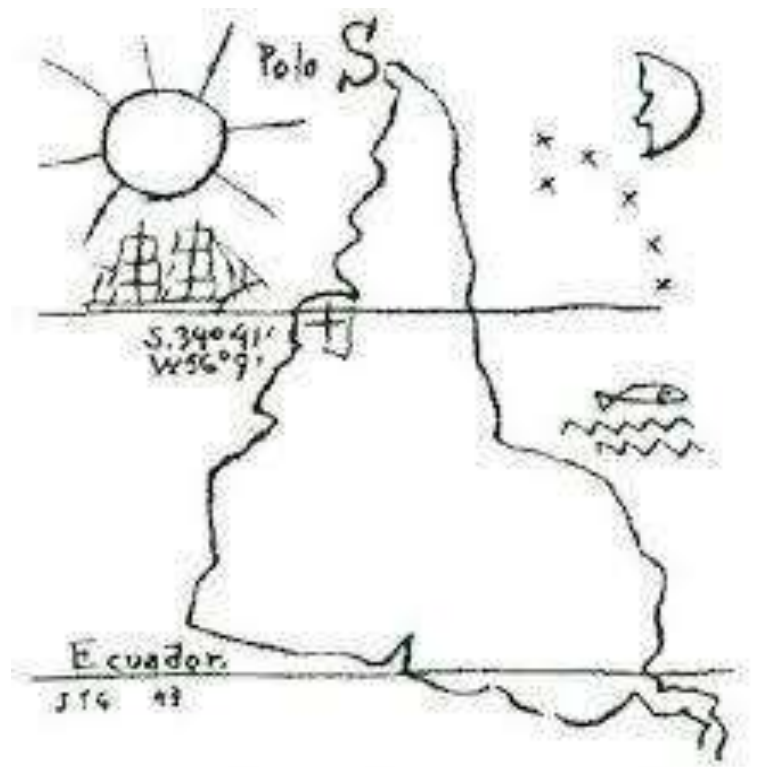
vivências que continuarão me constituindo enquanto pedagoga. Juntamente com as autoras e os autores que respaldaram minha formação, estas narrativas iluminarão minha trajetória, serão de fato formativas. A elas eu recorrerei quando eu errar e precisar repensar minha atuação no processo vitalício de formação continuada. Acredito que a Educação transborde o espaço físico das escolas, das salas de aula, das salas da casa. Educação é a política que está contida em todos os lugares, porque é um campo plural. E por ser plural, está também no cotidiano. Nas narrativas. Nas experiências.

Para referenciar o diálogo tecido a partir do que culturalmente entendemos, consideramos e experienciamos, esbarro no que historicamente vem sendo legitimado enquanto conhecimento acadêmico e nos seus princípios de produção, encontrando neles epistemicídios e etnocídios, semelhantes aos que as sociedades marginalizadas viveram e vivem. Sobre isso, trago Alves (2008), que assertivamente nos contempla com a seguinte reflexão:

A formação do pensamento ocidental dominante, que exige “ver para crer”, levou à grande dificuldade em se aceitar o múltiplo: os múltiplos sentidos, os múltiplos caminhos, os múltiplos aspectos, as múltiplas regras, as múltiplas fontes. Desta maneira, pensar “ao contrário” em ciência, tem exigido uma discussão sobre o que pode ser aceito como fonte de conhecimento. Naturalmente, o “exame” do cotidiano, entendido como um nível menor de uma “realidade” maior, por muitos de nossos colegas, é possível como um emprego das mesmas regras usadas para estudar este mundo maior. Quando, no entanto, se entende que, para além do mero reflexo ou redução de uma outra realidade, o cotidiano, mantendo múltiplas e complexas relações com o mais amplo, é tecido por caminhos próprios traçados com outros caminhos, começa-se a se entender que as fontes usadas para “ver” a totalidade do social não são nem suficientes, nem apropriadas. Ao lidar com o cotidiano preciso, portanto, ir além dos modos de produzir conhecimento do pensamento herdado, me dedicando a buscar outras fontes, todas as fontes, na tessitura de novos saberes necessários. (ALVES, 2008, p. 27)

E em conversa com Nilda e todas nós, trago também uma contribuição de Santos (2008) para a presente discussão.

Os pressupostos metafísicos, os sistemas de crenças, os juízos de valor não estão antes nem depois da explicação científica da natureza ou da sociedade. São parte integrante dessa mesma explicação. A ciência moderna não é a única explicação possível da realidade e não há sequer qualquer razão científica para a considerar melhor que as explicações alternativas da metafísica, da astrologia, da religião, da arte ou da poesia. (SANTOS, 2008, p.83)



Desenho de Torres García titulado América Invertida, 1934.
 Fonte: Museo Nacional de Artes Visuales, Montevideo, Uruguay.

Neste momento, me sinto convidada a compartilhar a imagem de Torres Garcia que ilustra o continente americano invertido, diferente do modo como convencionamos encontrar nos mapas das aulas de Geografia. Inverter a América, para mim, é muito mais do que virar um mapa de cabeça para baixo. Trata da ruptura de uma lógica que se mostra estruturante em nossa sociedade. Do alto sempre se impõe o norte, o europeu, o branco, com seus saberes prescritos por uma ciência única e inequívoca. Inverter a América nesse caso, nos apresenta outras possibilidades de acessar e valorizar conhecimentos, saberes outros, de outros povos, outras culturas. Assim, encontramos as ideias apresentadas por Alves (2008) e Santos (2008) que reforçam a crítica à crença de que os conhecimentos colonizadores são hierarquicamente superiores aos saberes das populações marginalizadas, subalternizadas.

E como possibilidade de acessar saberes outros e ciente de sua legitimidade, proponho realizar uma pesquisa com os cotidianos. Não tenho a pretensão de fechar a discussão e sim, ampliar o debate dos cotidianos e das narrativas como fontes de conhecimento indissociáveis da formação. Mas isso se tornará mais explícito ao longo da apresentação da pesquisa.

Apresentado o objetivo deste texto e o repertório metodológico que desenha a trajetória da pesquisa, elencarei a estrutura da monografia.

Nesta *Introdução*, me dediquei a trazer uma narrativa minha mais íntima, porém de maneira alguma negada ou escondida. Durante uma reunião virtual⁴ dos grupos de pesquisa e extensão ConPas - Conversas com Professores: Alteridades e Singularidades e Ecologias do Narrar, em que convidamos a escritora de literatura negro-brasileira Mirian Alves, ela nos contou sobre o questionamento que recebeu de uma jovem durante a visita a uma universidade em Viçosa (MG). A jovem queria saber como Mirian poderia escrever uma poesia que tratava exatamente da vida dela sem ao menos lhe conhecer, sem saber seu nome, sua idade, sua origem. Para esta questão, convido Conceição Evaristo para a conversa e seu conceito de *Escrevivência*.

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertence também. (EVARISTO, 2020, p.4)

Essa voz, que também é minha, é coletiva. São falas negras, trajetórias negras, femininas, pobres, e em contextos de vulnerabilidade social. Sendo assim, quando falo, não falo *eu*, e sim *nós*. Por isso, a narrativa de introdução, não se faz única, apesar de íntima. Se faz coletiva, por ser também minha.

Em seguida, no capítulo intitulado *Entrelaçado de ideias*, trarei para esta roda de diálogo o repertório conceitual com o qual converso para fomentar a pesquisa. Neste momento, apresentarei autoras e autores que contribuem com o meu processo de formação. Abordo conceitos que se apresentam como muito importantes para perceber como se dá o enredamento entre a minha narrativa e as narrativas das mulheres com quem conversei, tais como, decolonialidade, epistemologias dos saberes, racismo estrutural, práticas cotidianas emancipatórias, perspectivas antirracistas, escrevivências de praticantes, meritocracia, desigualdades sociais.

Posteriormente, no capítulo *O Cisne*, elencarei a potência da pesquisa narrativa e outros caminhos metodológicos possíveis que, por vezes, escapam ao rigor elitista acadêmico. Experienciamos múltiplos episódios de desvalorização quando optamos pelas pesquisas com os cotidianos, com pesquisas narrativas, com a metodologia de roda de conversas, com as vivências e trajetórias como fontes de enredamentos que criam

⁴ Roda de Conversa realizada no dia 21 de agosto de 2020.

conhecimentos.

Chegaremos, com isso, às narrativas das companheiras que expressam parte de suas vivências neste *espaçotempo* em que se dá a pesquisa no capítulo *Narrativas Outras e também Nossas*.

Nosso diálogo não ocorre de forma verticalizada ou mesmo partindo de uma perspectiva em que as narrativas das mulheres sejam analisadas ou mesmo encaixotadas, como se suas histórias não se entrelaçassem, também, à minha própria, e seus enfrentamentos e lutas não fossem semelhantes aos meus.

Com Baroni e Conceição (2020) desenho meu lugar de pesquisadora imbricada na pesquisa que proponho:

enquanto mulheres pretas, atuantes na luta antirracista, reafirmamos que nossas histórias se entrelaçam com os relatos de nossos interlocutores. Declinamos da posição de meras observadoras para, junto com nossos atores, narrarmos a vida e denunciarmos as amarras do racismo e da discriminação racial. Nossas histórias, conversas e reflexões estão presentes em todas as análises e nos motivaram a tecer essa investigação. (BARONI, CONCEIÇÃO, 2020, p. 447)

Desta forma, acredito que essa potência externalizada nas narrativas e experiências podem contribuir de maneira integral e significativa para o ambiente acadêmico constituindo uma pesquisa científica necessária e de qualidade.

Por fim, no capítulo que nomeei como *Caminho das Pedras* apresentarei algumas considerações sobre o desdobrar da pesquisa, e, juntamente a isto, convidarei como interlocutora a possibilidade de compreender as *Epistemologias do Sul* (SANTOS, MENESES, 2010). Quem sabe, a partir dessa possibilidade será possível fazer emergir uma outra epistemologia. Uma epistemologia mulher, preta e da favela, escritavida, narrada e fonte de conhecimento.

1. ENTRELAÇADO DE IDEIAS

Como citado anteriormente, o desenvolvimento desta pesquisa se dará também por conversas e trocas, pelo partilhar de saberes e de ideias de algumas autoras e autores que se dispõem a debater temáticas que estão postas neste espaço. Para isso, me debruçarei, neste momento, em uma conversa com alguns conceitos.

O primeiro deles é o de *epistemologias do sul* (SANTOS, MENESES, 2010). Ao tratar das Epistemologias do Sul, os autores problematizam a ideia de que conhecimentos diversos, múltiplos e diversificados, sendo originários do *Sul*, entram em circulação como saberes subalternos. Propõem, portanto, que tais conhecimentos sejam validados, reconhecidos e valorizados da mesma forma que os conhecimentos do *Norte*, afirmados como *episteme* ideal, superior, respaldados na padronização de reconhecimento legítimo. Contudo, os conhecimentos do *Norte* apenas não são oriundos do *Sul*, ou seja, não pertencentes aos espaços onde as minorias são e estão em maior quantidade. Sendo assim, há validação para os saberes os saberes colonialistas, brancos, patriarcais e de classe econômica favorecida em detrimento dos saberes decoloniais, interseccionais, invisibilizados.

Os autores questionam a ideia de que conhecimentos e vivências de populações que foram dizimadas, usurpadas, destituídas de seus direitos violentamente são fontes de epistemologias inferiores. Defendem, portanto, uma ecologia de saberes para a caminhada de uma sociedade igualitária e justa.

A expressão *Epistemologias do Sul* é uma metáfora do sofrimento, da exclusão e do silenciamento de povos e culturas que, ao longo da História, foram dominados pelo capitalismo e colonialismo. Colonialismo, que imprimiu uma dinâmica histórica de dominação política e cultural submetendo à sua visão etnocêntrica o conhecimento do mundo, o sentido da vida e das práticas sociais. Afirmção, afinal, de uma única ontologia, de uma epistemologia, de uma ética, de um modelo antropológico, de um pensamento único e sua imposição universal. (SANTOS, 1995, p. 508)

A ideia de *ecologia dos saberes* (SANTOS, 2007), parte da concepção de que os saberes são plurais e de que há fontes inesgotáveis de conhecimentos, confrontando a imposição de uma monocultura tecida a partir do pensamento abissal.

Com Santos (2007) defendendo que seja necessário vigorar a *sociologia das emergências*, no sentido de apontamento para novas compreensões e transformações a partir de uma perspectiva horizontal, democrática e justa, para que então, cheguemos ao

cosmopolismo subalterno. Penso que tais manifestações configuram a globalização contra-hegemônica, rompendo com a exclusão social, econômica, política, cultural. Os presentes processos de exclusão social são respaldados pela globalização neoliberal, tendo em vista que são produtos de relações de poder desiguais.

Para pensar nos mecanismos de composição do cosmopolitismo subalterno proposto por Santos (2007), enredo essa reflexão com Certeau (1994), que propõe o conceito de *táticas*. De acordo com o autor, as táticas escapam da lógica da estrutura vigente nas sociedades. São essas táticas que, em meio às dificuldades estabelecidas pelo sistema meritocrático desigual, permitem que essas populações sobrevivam. Assim, elas propõem uma resistência criativa todos os dias na esperança de que, em algum momento, não precisarão mais se submeter a tais conjunturas.

A paisagem imaginária de uma pesquisa sempre tem algum valor, mesmo que destituída de rigor. Restaura aquilo que se indicavam dia sobre o rótulo de “cultura popular”, mas para mudar em uma infinidade móvel de táticas aquilo que se representava como uma força matricial da história. Mantém, portanto, presente a estrutura de um imaginário social onde a questão não cessa de assumir formas diferentes e de surgir sempre de novo. Previne, também, contra os efeitos de uma análise que, necessariamente, não é capaz de aprender essas práticas a não ser nas extremidades de um aparelho técnico, onde alteram ou distorcem seus instrumentos. E assim o próprio estudo se faz marginal em relação aos fenômenos estudados. (CERTEAU, 1994, p. 105-106)

Considerando as táticas enquanto instrumentos dos subalternizados, enredo esse conceito à ideia de *colonialidade* (MIGNOLO, 2005). O autor propõe interpretar como as delimitações por territórios se refletem nas estruturas econômicas e culturais que perpetuam nas sociedades modernas. Entende como o processo de colonialidade e suas heranças não fazem sentido em uma sociedade globalizada, tendo em vista que essa herança exige linearidades (temporais, tecnológicas, intelectuais).

O fato é que a economia capitalista mudou de rumo e acelerou seu processo com a emergência do circuito comercial do Atlântico, a transformação da concepção aristotélica da escravidão exigida tanto pelas novas condições históricas quanto pelo tipo humano (por ex.: negro, africano) que se identificou a partir desse momento com a escravidão e estabeleceu novas relações entre raça e trabalho. A partir deste momento, do momento de emergência e consolidação do circuito comercial do Atlântico, já não é possível conceber a modernidade sem a colonialidade, o lado silenciado pela imagem reflexiva que a modernidade (por ex.: os intelectuais, o discurso oficial do Estado) construiu de si mesma e que o discurso pós-moderno criticou do interior da modernidade como auto-imagem do poder. A pós-modernidade, autoconcebida na linha unilateral

da história do mundo moderno, continua ocultando a colonialidade, e mantém a lógica universal e monotópica –da esquerda e da direita– da Europa (ou do Atlântico Norte) para fora. A diferença colonial (imaginada no pagão, no bárbaro, no subdesenvolvido) é um lugar passivo nos discursos pós-modernos. O que não significa que seja um lugar passivo na modernidade e no capitalismo. A visibilidade da diferença colonial, no mundo moderno, começou a ser percebida com os movimentos de descolonização (ou independência) desde fins do século XVIII até a segunda metade do século XX. A emergência da ideia de “hemisfério ocidental” foi um desses momentos. (MIGNOLO, 2005, p 36-37).

E continua.

O imaginário moderno/colonial apresenta-se de modo muito distinto de acordo com o ponto de vista do qual o olhamos: a história das idéias na Europa ou a diferença colonial, as histórias forjadas pela colonialidade do poder nas Américas, na Ásia ou na África, ou aquelas das cosmologias anteriores aos contatos com a Europa a partir do século XVI, como na constituição do mundo moderno colonial, no qual os Estados e as sociedades da África, da Ásia e das Américas tiveram que responder e responderam de distintas maneiras e de distintos momentos históricos. [...] A configuração da modernidade na Europa e da colonialidade no resto do mundo (com exceções, por certo, como é o caso da Irlanda), foi a imagem hegemônica sustentada na colonialidade do poder que torna difícil pensar que não pode haver modernidade sem colonialidade; que a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivativa. (MIGNOLO, 2005, p. 38).

Mignolo trata também do apagamento das histórias dos sujeitos que pertenciam aos territórios em exploração, oriundas das navegações e comercializações, talvez, da grande Europa, e de como, atualmente há um movimento dessas populações em busca do resgate de suas identidades e tradições. O autor afirma que fenômenos, tais como o racismo, são consequências não do colonialismo, mas da colonialidade, acrescentando que as marcas dessas dizimações se perpetuam nos descendentes de tais povos.

O panorama que acabo de esboçar não é uma descrição do colonialismo, mas da colonialidade, da construção do mundo moderno no exercício da colonialidade do poder. Mas também das respostas da diferença colonial à coerção programada ou exercida pela colonialidade do poder. O imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias, e de histórias que se contaram e se contam levando-se em conta a duplicidade de consciência que a consciência colonial gera. (MIGNOLO, 2005, p. 40).

Neste sentido, o apagamento de vozes, o suprimir de histórias das populações subalternizadas e as “verdades” contadas e legitimadas pela ideologia hegemônica do pensamento abissal, derivado da colonialidade, como já posto, destilam-se em marcas que se

ramificam, vícios que se perpetuam até o *espaçotempo* presente, em forma de violências, destituições de oportunidades igualitárias e marginalização desses grupos sociais que entendemos, hoje, como minorias.

Por esta perspectiva, entendendo o racismo como um fenômeno social complexo, Almeida (2020 p. 57), afirma que *em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo.*

Na obra *Racismo Estrutural* (ALMEIDA, 2020), o autor problematiza o fenômeno do racismo nas concepções individualistas, institucionais e estruturais, e também como seus tentáculos atravessam relações de subjetividades, de Estado e econômicas.

Ao explicar o racismo na *concepção individualista*, ou seja, por manifestação direta, portanto através de expressões comportamentais, o autor explica que:

O racismo é uma imoralidade e também um crime, que exige que aqueles que o praticam sejam devidamente responsabilizados, disso estamos convictos. Porém, não podemos deixar de apontar o fato de que a *concepção individualista*, por ser frágil e limitada, tem sido a base de análises sobre o racismo absolutamente carentes de história e de reflexões sobre seus efeitos concretos. É uma concepção que insiste em flutuar sobre uma fraseologia moralista inconsequente - “racismo é errado”, “somos todos humanos”, “como pode ser racista em pleno século XXI?”, “tenho amigos negros” etc. - e uma obsessão pela legalidade. No fim das contas, quando se limita o olhar sobre o racismo a aspectos comportamentais, deixa-se de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados “homens de bem”. (ALMEIDA, 2020, p. 37)

A partir desta citação, podemos observar que mesmo havendo ação da manifestação direta do racismo, não se pode reduzir este fenômeno a um aspecto comportamental, tendo em vista que as instituições orientam e formam os indivíduos, de maneira que suas ações e comportamentos são reflexos de um conjunto de normas e padrões estabelecidos e expelidos por estas instituições (ALMEIDA, 2020, p. 37-39). Estamos falando do racismo em uma *concepção institucional*.

Sobre isto, o autor discorre.

O racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. (ALMEIDA, 2020, p. 37).

Ou seja, *se é possível falar de um racismo institucional, significa que a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar.* (ALMEIDA, 2020, p. 47).

Ora, se racismo transcende comportamentos individuais, por estes comportamentos serem, também, resultado do funcionamento das instituições, que por sua vez, buscam resguardar uma ordem social, e que para isso, impõe regras e padrões racistas, esta mesma ordem social que as instituições buscam resguardar, é uma ordem social racista. Também entendido como racismo diante uma *concepção estrutural*.

Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente - com todos os conflitos que lhes são inerentes -, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. (ALMEIDA, 2020, p. 47).

Partindo desta afirmativa de que a sociedade é racista, e que não apenas de manifestações individuais ou institucionais, mas estruturais, e que por isso este fenômeno se faz presente em todas as instâncias e espaços sociais, não poderia deixar de sinalizar a presença do fenômeno no ambiente acadêmico.

Já vimos que a hegemonia da epistemologia branca, colonial, do “Norte” é produto da colonialidade e, portanto, também racista. No âmbito das ciências e das culturas isso não se apresenta de maneira diferente. Neste caso, se manifesta através de rejeições, alegações de irracionalidade, ênfase na impotência de “lugares-comuns”, do misticismo, do folclore etc. É por meio da relação de subalternidade com a cultura popular que a discriminação do imaginário social se naturaliza (ALMEIDA, 2020).

A ciência tem o poder de produzir um discurso de autoridade, que poucas pessoas têm a condição de contestar, salvo aquelas inseridas nas instituições em que a ciência é produzida. Isso menos por uma questão de capacidade, e mais por uma questão de autoridade. É da natureza da ciência produzir um discurso autorizado sobre a verdade. [...] A substituição do racismo científico e do discurso de inferioridade das raças pelo “relativismo cultural” e pelo “multiculturalismo” não se explica por uma “revolução interior” ou por uma “evolução do espírito”, mas por mudanças na estrutura econômica e política que exigem formas mais sofisticadas de dominação. O incremento das técnicas de exploração econômica é acompanhado de uma evolução das técnicas de violência e opressão, dentre as quais, o racismo. (ALMEIDA, 2020, p. 70-72).

Ainda sobre esta questão.

O exotismo confere valor à cultura, cujas manifestações serão integradas ao sistema na forma de mercadoria. Desse modo, o cinema, a literatura, a música e as artes plásticas não precisam negar a existência do racismo; pelo contrário, produções artísticas de grande repercussão tratam do racismo e do sofrimento por ele provocado de modo direto. Não é apenas extirpando a cultura que o racismo se apresenta, mas “desfigurando-a” para que a desigualdade e a violência apareçam de forma “estilizada”, como “tema de meditação” ou “peça publicitária”, e possam, assim, ser integradas a normalidade da vida social. (ALMEIDA, 2020, p. 73-74).

Diante desse debate epistemológico, que busca defender o que, de fato, acredito, face às críticas e problematizações levantadas, convido mais uma vez, de maneira incansável, a escritora brasileira Conceição Evaristo para esta conversa.

Ao tecer o termo *escrevivência*, a autora propõe múltiplas possibilidades de compreensão, sem, no entanto, restringi-lo a elas. A *escrevivência* à qual a autora se refere, se dá no uso: no corpo, na fala, nas dores, nas alegrias, nas histórias, nos sentidos, nos gestos, nos medos, nos poemas.

São narrativas de mulheres pretas, mas, que não exclusivas delas. São histórias atravessadas por trajetórias de muitas mulheres que se encontram nos textos.

De maneira deliberada, a autora convoca à inquietação acerca do racismo violento a que mulheres pretas estão sujeitadas em nossa sociedade. É o racismo que assombra, machuca, traumatiza, adoece e até mata suas vítimas .

Tendo sido o corpo negro, durante séculos, violado em sua integridade física, interdito em seu espaço individual e coletivo pelo sistema escravocrata do passado e, ainda hoje, pelos modos de relações raciais que vigoram em nossa sociedade, coube aos brasileiros, descendentes de africanos, inventarem formas de resistência que marcaram profundamente a nação brasileira. (EVARISTO, 2009, p.18).

E discorre:

Ao se falar da escrita de mulheres negras, necessário se faz voltar ao final da década de 60 para retomar a imagem da escritora Carolina Maria de Jesus. Várias discussões surgiram em torno da escrita de Carolina Maria de Jesus, marcada por sua condição de mulher negra, favelada e de pouca instrução escolar. Dúvidas se levantaram sobre a intromissão do jornalista Adálio Dantas na correção dos textos, porém não são essas discussões que serão tratadas agora. O que se torna interessante para discutir sobre a escrita de Carolina Maria é o desejo de escrever vivido por uma mulher negra e favelada. O desejo, a crença e a luta pelo direito de ser reconhecida como escritora, enquanto tentava fazer da pobreza, do lixo, algo narrável. Quando uma mulher como Carolina Maria de Jesus crê e inventa para si uma

posição de escritora, ela já rompe com um lugar anteriormente definido como sendo o dela, o da subalternidade, que já se institui como um audacioso movimento. Uma favelada, que não maneja a língua portuguesa – como querem os gramáticos ou os aguerridos defensores de uma linguagem erudita – e que insiste em escrever, no lixo, restos de cadernos, folhas soltas, o lixo em que vivia, assume uma atitude que já é um atrevimento contra a instituição literária. Carolina Maria de Jesus e sua escrita surgem “maculando” – sob o olhar de muitos – uma instituição marcada, preponderantemente, pela presença masculina e branca. (EVARISTO, 2009, p. 27-28).

Dialogando com Evaristo, a autora Grada Kilomba (2020), em seu livro “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano”, contribui de maneira vasta com reflexões sobre o sistema estrutural racista, apresentando, através de narrativas, passagens vivenciadas por mulheres pretas.

Trata-se de narrativas que expressam manifestações de violência e de preconceito raciais, de maneiras imensuráveis e desprezíveis, desde o toque desrespeitoso e invasivo ao corpo preto, entendido por objeto público de apreciação e de posse sem autorização, ao entendimento da criança preta como sendo sujeito para mão de obra, e não como detentora do direito à infância, tal como a criança branca. Na produção de Kilomba (2020) fica demarcada a naturalização historicamente amparada e legitimada pela estrutura racista, segregadora e desigual preponderante.

Eu realmente odiava quando as pessoas tocavam o meu cabelo: “Que cabelo lindo! Ah, que cabelo interessante! Olha, cabelo afro...” E o tocava. Eu me sentia como um cachorro sendo acariciado... como um cachorro que está sendo tocado. E eu não sou um cachorro, sou uma pessoa. E [quando eu era criança] minha mãe nunca lhes dizia para parar, embora eu tivesse explicado para ela que eu não gostava daquilo. Mas ela não conseguiu entender por que eu não gostava: “Sim, mas seu cabelo é diferente e as pessoas só estão curiosas!” Ela não entendia por que eu não gostava. (...) Eu nunca tocaria no cabelo de alguém daquela forma, do nada! Quero dizer... como alguém pode fazer isso? (KILOMBA, 2020, p. 121)

Acerca desta narrativa, a autora reflete.

Aqui, dizem para Alicia que ela é “diferente”. Mas quem é diferente? Eu pergunto novamente. Alicia é diferente daquelas/es que tocam seu cabelo ou, ao contrário, aquelas/es que tocam seu cabelo “são diferentes” dela? Quem é diferente de quem? Uma pessoa apenas se torna diferente no momento em que dizem para ela que ela é diferente daquelas/es que têm o poder de se definir como “normal”. A mãe branca de Alicia não vê a si mesma como diferente, mas vê a sua filha como tal. Ou seja, não se é diferente, torna-se diferente por meio de um processo de discriminação. A diferença é usada como uma marca para a invasão. Ser tocada, assim

como ser interrogada, é uma experiência de invasão, uma violação que para Alicia parece inimaginável: “Eu nunca tocara o cabelo de alguém.” (KILOMBA, 2020, p. 121)

Contribuindo para esta reflexão, apresento outra narrativa presente na produção da autora.

Quando eu tinha entre 12 e 13 anos, fui ao médico por causa de uma gripe. Após a consulta, ao me dirigir à porta, ele, de repente, me chamou. Ele estivera olhando para mim, e disse que havia tido um ideia. [...] O médico então propôs que eu cozinhasse as refeições diárias da família, limpasse a casa e eventualmente lavasse suas roupas. “Não é muito”, disse ele, “alguns shorts, talvez uma camiseta e, claro, nossas roupas íntimas!” [...] Eu realmente não me lembro se fui capaz de dizer algo. Acho que não. Mas me lembro de sair do consultório em um estado de vertigem e de vomitar [...]. (KILOMBA, 2020, p.93)

Estas duas narrativas foram selecionadas não apenas para exemplificar ações de sujeitos sociais, mas também porque, ao decorrer da leitura destas citações, é possível que nem todos aqueles que a acessam compreendam o que, de fato, elas trazem.

É possível que, ao se depararem com a leitura dessas vozes, parte dos leitores se questionem onde está o problema: *não pode mais encostar? É de ouro agora? Mas qual o problema dele oferecer um trabalho para a menina?* Isso porque, por anos, o racismo não foi visto nem refletido como problema teórico e prático significativo nos discursos acadêmicos, resultando em um déficit grandioso.

Portanto, mesmo uma produção escrita como essa, que expressa as agressões cotidianas experimentadas por mulheres negras, não se mostra suficiente para romper a estrutura colonial imposta. Transborda a emergência da escuta das pessoas que puderam vivenciar o amargo gosto de ter, em memória, episódios semelhantes, nos múltiplos sentidos do ouvir, no entrelaçar das escrevivências.

A escolha pela pesquisa narrativa, muito se deu pela possibilidade de trabalhar, ouvir, experienciar, me identificar, me ver, aprender, beber o que é expelido, o que me é confiado. E o que o *nós compartilhado* seria se não o compartilhar de nós mesmas?

Da velha à menina

*Houve um tempo
em que a velha
bordava nos meus dias
os pontos mistérios
do meu viver.*

*E eram tantos os pontos
das cruzadas linhas
sombreados, encadeados,
pontos cheios e vazios
atrás, adiante, adiante.*

*Houve um tempo
em que a velha
temperando os meus dias
misturava o real e os sonhos
inventando alquimias.*

*E eram tantos os paladares
do mel ao amargo
e seu entremeio
do ácido ao favo
e seu entregosto
do escaldante ao frio
e seu entrelaço.*

*Houve um tempo
em que a velha me buscava
e eu menina, com os olhos
que ela me emprestava,
via por inteiro o coração da vida.*

*Houve um tempo em que eu velha
houve um tempo em que eu menina...
(EVARISTO, 2017, p. 86-87).*

2. O CISNE

O patinho feio, criação do autor dinamarquês Hans Christian Andersen, publicado pela primeira vez em 11 de novembro de 1843, é um dos contos clássicos da literatura infantil.

A ficção narra a vida de um pato que é diferente de seus irmãos e que por isso, passa a ser renegado, humilhado, excluído, marginalizado por não possuir as características que legitimariam seu pertencimento diante ao ambiente em que estava inserido.

Acontece que não se sentindo parte de tal meio, que o convidava a se retirar do mesmo, o *patinho feio* buscou trilhar caminhos diferentes daquele onde não se sentia feliz e realizado.

Após buscas incessantes por um espaço que lhe proporcionasse a sensação de pertencimento, identificação e realização, o pato se deparou com uma comunidade onde não mais era o diferente. A aceitação, que tanto desejava outrora, lhe foi enfim ofertada de forma afetiva e acolhedora nesse novo cenário.

Essa aceitação não partiu de outros patos, mas de uma comunidade de cisnes. O “patinho feio”, na verdade, nunca tivera sido um pato, e por isso, não importa o quanto se esforçasse para ser aceito. Ele jamais o seria.

Claro que o fechamento do conto se dá com a transformação deste não pato em um grande e encantador cisne.

E com isso, chego à discussão metodológica desta pesquisa.

Em minha trajetória acadêmica na Faculdade de Educação, tive a oportunidade de participar de discussões elaboradas pelos grupos de pesquisa e extensão ConPAS (Conversas entre Professores: Alteridades e Singularidades) e EcoAr (Ecologias do Narrar). Nos encontros desses grupos pude me identificar com formas de *fazerpensar* pesquisa, que antes, por desconhecimento, não via como potentes para o campo científico.

As pesquisas narrativas, quando presentes, não me despertavam interesse, pois aprendi ao longo de minha formação que não eram válidas. O que importava eram os dados, a distância entre sujeito e objeto, a evidência, a quantificação.

Não é de meu feitio deslegitimar ou problematizar a importância das pesquisas exatas. O que pretendo aqui é apresentar a defesa que faço hoje da potência da pesquisa narrativa nas instâncias científicas.

Convencionamos, no espaço acadêmico científico, a desvalorizar a pesquisa

narrativa. Muitas produções se dedicaram a mostrar o quanto essa convenção é frágil. Destaco a escrita de Nilda Alves, ao tratar das pesquisas com os cotidianos, que problematiza:

a formação do pensamento ocidental dominante, que exige “ver para crer”, levou à grande dificuldade em se aceitar o múltiplo: os múltiplos sentidos, os múltiplos caminhos, os múltiplos aspectos, as múltiplas regras, as múltiplas fontes. Desta maneira, pensar “ao contrário”, em ciências, tem exigido uma discussão sobre o que pode ser aceito como fonte de conhecimento. Naturalmente, o “exame” do cotidiano, entendido como um nível menor de uma “realidade” maior, por muitos dos nossos colegas, é possível com o emprego das mesmas regras usadas para usar este mundo maior. Quando, no entanto, se entende que, para além de mero reflexo ou redução de uma outra realidade, o cotidiano, mantendo múltiplas e complexas relações com o mais amplo, é tecido por caminhos próprios trançados com outros caminhos, começa-se a entender que as fontes usadas para “ver” a totalidade do social não são nem suficientes, nem apropriadas. Ao lidar com o cotidiano preciso, portanto, ir além dos modos de produzir conhecimento do pensamento herdado, me dedicando a buscar outras fontes, todas as fontes, na tessitura de novos saberes necessários. (ALVES, 2008, p. 27-28).

Uma das formas que encontrei como possibilidade de partilhar de conhecimentos, narrativas, saberes, ideias conjuntas, à princípio no espaço escolar, foi através das rodas de conversas. Eram movimentos em que se faziam presentes a escuta, a oralidade, o compartilhamento de narrativas e de trajetórias experienciadas em nossos cotidianos, e que muito agregavam em nossas formações.

No artigo *Estudos com os Cotidianos e as Rodas de Conversação: Pesquisa Político-Poético em Educação*, Reis, Gonçalves, Ribeiro e Rodrigues (2017) defendem que:

conversar tem a ver com uma ação dialógica que se retroalimenta na e da palavra pronunciada, compartilhada. Potencia-se no encontro com o outro, no contato com ele, na partilha da fala que é, também, em alguma medida, a partilha do pensamento. [...] para nós, o conversar é uma maneira especial de se relacionar com o outro, uma vez que compreende o estar e o pensar juntos, a troca, a polifonia, sem que isso signifique o apagamento da autoria de fala e pensamento de cada um. (GONÇALVES, RIBEIRO, REIS, RODRIGUES, 2017, p. 70).

É verdade que esta identificação foi se dando também por minha trajetória e crenças, sobretudo, a crença da potência das rodas de conversas. Acredito na ideia de igualdade, de todos em mesmo plano, no sentido de relevâncias mesmas às falas, partilhando vivências e conhecimentos de igual importância.



Fonte: Arquivo pessoal

Não posso deixar de elencar também a herança do povo preto presente nas rodas de contação de histórias dos *griots* africanos, onde o conhecimento do mais velho (mais experiente) é compartilhado ao mais novo (o que apreende as histórias).

Poderia dizer que aprendi isso nas casas de santo. Nelas, quando o mais velho fala, o mais novo ouve; que temos dois olhos, dois ouvidos e uma boca. Nesta perspectiva, a escuta, em seu sentido mais amplo é tão importante para nossa formação, construção de saberes e autoconhecimento, quanto a oratória.

Não significa, contudo, afirmar que não haja troca de saberes entre “mais velhos” e “mais novos”, pois aprendo com pretos velhos e pretas velhas, da mesma forma que aprendo com os erês.

Apenas indica que a troca, o partilhar de experiências adquiridas no decorrer dos cotidianos, que é constituída através da oralidade, portanto, das narrativas, é potência, neste caso, para o campo científico.

Seja em casa de santo, seja no seio familiar, a questão é que crescer em família catimbozeira, de maneira positiva, me agrega abundantemente.

Selecionei com minha vó dois pontos/cantigas que, para além de instâncias espirituais, me direcionaram na totalidade de espaços pelos quais atravessei: é o conselho expelido em canção, o saber que acompanha meus princípios.

*Jurema é um pau encantado
É uma pau ciência que todos querem saber (2x)
Se você quer Jurema
Eu dou Jurema a você
Se você quer ciência
A Jurema dá a você*

*Salomão bem que dizia aos seus filhos juremeiros
Para entrar na Jurema, peça licença primeiro
Salomão bem que dizia aos seus filhos juremados
Para entrar na Jurema, precisa ter mais cuidado*

Obviamente, Mãe Nete (minha vó) me orientou a *dar só uma palinha*, alegando que Jurema é pra quem tem. Eu concordo. A concordância não é um acaso, neste sentido. Estudo, vivência, respeito, herança e axé, para mim, neste espaço são indissociáveis. Eu poderia não pensar assim e poderia também não defender este ponto. Mas não é o caso. O caso é que assim fui ensinada, em múltiplas facetas, por vezes, apenas com olhar. E assim, gostei. E assim me identifiquei. E assim me pertenci.

Trago, a partir daqui, a escuta que teci durante essa pesquisa com aquelas que me presentearam com suas vozes.

3. NARRATIVAS OUTRAS TAMBÉM NOSSAS

3.1. Agora eu quero. Nossa! Depois de 30 anos....



Fonte: Arquivo pessoal

Meu nome é Stefanie Teixeira. Minha idade é trinta. Sou nascida em Belo Horizonte, mas venho de Santa Luzia, Minas Gerais. Atualmente, estou professora de yoga, hatta yoga, yoga sankofa, estudante de Pedagogia, e pesquisadora da diáspora.

Conheci Ís no curso de Pedagogia. Éramos calouras da mesma turma, e não curiosamente, nos identificamos de imediato diante de todos os outros ingressantes de 2016.1.

Até mesmo a justificativa para escolha do horário (vespertino) era semelhante: o tempo que levávamos para chegar ao polo e os corres informais que fazíamos para nos manter na graduação. Conhecê-la foi uma tentativa de manobra numa estrada desconhecida, como asfalto esburacado, com baixíssima iluminação, mas ainda sim, um caminho.



Por que tantas fotos de um único momento? Porque neste único evento, muitos sentimentos estiveram envolvidos, entrelaçados, remexidos. Alegria, incerteza, felicidade, sensação de vitória, mais incertezas, medo, resistência e amparo no semelhante. O toque no corpo desconhecido que se tornou tão familiar e de cuidado recíproco. O sorriso que transborda, junto à mistura expressiva de seriedade, preocupação e enfrentamento.

Îs é uma mulher única. Eu sou uma mulher única. Nós somos mulheres plurais. Possuímos narrativas outras, que também nossas. Identificação.

Por isso decidi convidar Îs para conversar nessa pesquisa. Considero que ela, além de possuir, perpassar por vivências, lembranças só dela, as suas narrativas são também minhas, ou nossas.

Sobre Pedagogia... talvez eu queira começar sobre esse lugar onde... esse lugar da professora, ele é um lugar que foi colocado. Ele já é um lugar que eu comprei esse roteiro. Um dos. Então, ele vai passar ali pela empregada doméstica que eu já fui, a cuidadora de criança que também já fui, então o terceiro seria a professora. Um lugar que ele já é posto. Mas também tem o lugar de passar a sabedoria, a oralidade, dos conhecimentos que a gente vai adquirindo, passando pra irmão, passando pra família. Então eu posso dizer que não era o lugar que eu queria ocupar porque também é o lugar que eu já estava ocupando. Mas de início não era. Eu queria fazer comunicação. É o que mais tem a ver comigo. Mas é isso, acabou sendo uma estratégia de mobilidade social para que eu possa conseguir desenvolver melhor isso.

Então é um paradoxo, porque o meu eu mesmo sempre ocupou esses lugares, mas não da forma que é estruturado dentro das formas do ocidente, que é muito violenta. Ela não te dá muita opção. São lugares que você tem que passar pra chegar em algum lugar. Então eu tenho a sensação gigantesca de que eu poderia estar em outros lugares, percorrido outros lugares em matéria, do que só esses que me são dados. Então não é um lugar que eu pensei ocupar. Eu pensei em ocupar outros lugares. Mas cheguei aqui com uma cota.

A narrativa de Stefanie pode parecer, inicialmente, uma negação à docência. Mas quando mudamos o ângulo da lente, é possível perceber que o “não querer” a docência se apresenta explicitamente, como a crítica à servidão.

Quando Îs fala *esse lugar da professora é um lugar que foi colocado*, ela também aponta sua crítica à ideia do servir, de resolver situações não criadas por nós. A comparação do exercício da docência é feita com o cuidado dos irmãos mais novos que nós, mulheres negras, recebemos desde muito jovens enquanto uma condição/acordo social familiar. A isso podemos também associar o processo de responsabilização conferido à categoria docente pelo baixo desempenho (do que se entende por desempenho) escolar, como se o desenvolvimento e a aprendizagem se dessem exclusivamente pela atuação dos profissionais

de educação dentro das salas de aulas escolares. Novamente o “ter que” solucionar. O “ter que” é o servir. O não querer fazer, mas “ter que”.

A esse respeito, trago Kilomba (2020) apresentando a ideia de *ansiedades e medos raciais brancos sobre contágio somático* de David Marriott (1998). Para muitos, não é perceptível que essa questão é essencialmente de cunho racial/étnico. Por isso, é importante falar. Segundo a autora,

a divisão entre os lados leste e oeste é um lembrete geográfico acerca das fronteiras que o *sujeito negro* não pode transgredir, para não contaminar o território *branco*. Tal geografia evidencia uma assimetria de poder na qual a branquitude define sua própria área e a negritude é confinada a uma determinada área definida pela branquitude. Essa é a principal função da ideologia segregacionista, confinar as/os *Outra/os* raciais. (KILOMBA, 2020, p. 167-168)

O histórico de luta e de resistência da comunidade docente por garantias de direitos e condições de trabalho mais justas, o enfrentamento com o Estado pela valorização da categoria, perpassa por essa narrativa. É menos uma questão de não querer e mais uma questão de oposição à imposição.

Em pesquisa elaborada por Baroni e Conceição (2020), as autoras mostram que os cursos de licenciaturas são constituídos, majoritariamente, por estudantes pretos; diferente dos cursos socialmente valorizados e cujo piso salarial são bem mais elevados, tais como Direito, Medicina, Engenharias, em que os formandos são, majoritariamente, brancos. Isso é reflexo de uma estrutura racista na qual vivemos.

Para a população preta, que também é a população mais pobre, o acesso à educação não é entendido como direito, porque historicamente, a luta por algo que deveria ser universal, de qualidade, igualitário, sempre foi bastante árdua. As heranças de tal barbárie prevalecem até os dias atuais.

Silvio de Almeida (2020), apresenta a seguinte reflexão.

Nos ambientes acadêmicos e próximos ao exercício da advocacia percebi que, na grande maioria das vezes, eu era uma das poucas pessoas negras, senão a única, na condição de advogado e de professor. Entretanto, essa percepção se altera completamente quando, nesses mesmos ambientes, olho para os trabalhadores da segurança e da limpeza: a maior parte eram negros e negras, como eu, todos uniformizados, provavelmente mal remunerados, quase imperceptível aos que não foram “despertados” para as questões raciais que eu fui. [...] De fato, negros e negras são considerados o conjunto da população brasileira, apresentam menor índice de escolaridade e, sim, o sistema político econômico privilegia pessoas consideradas brancas. (ALMEIDA, 2020, p.60)

Eu e Ís continuamos nossa conversa e caminhamos para o questionamento da trajetória de maneira mais ampla, tratando da garantia e da negação de direitos. Mais uma vez, as palavras selecionadas por Ís foram ao mesmo tempo sutis e intensas.

Você pergunta se eu acho que na minha trajetória tive direitos negados, no caso ser mulher preta, pobre, da comunidade lgbt, então, é uma resposta que já está dada. Só não vê quem não tem consciência, ou na real, quem não quer usar a razão, que é tanto dita na academia para realmente adentrar a esses campos verídicos comprovados por datas, imagens no inconsciente de quem pratica né. Então, eu acho que eles foram negados de todas as formas possíveis.

Eu acho que o processo de enxergar, ele é doloroso. Acho que ele acontece quando você sai da sua redoma, quando você sai da sua comunidade, do seu quilombo, da sua família. Quando você ainda é pequeno, está vivenciando as coisas que estão dadas pra você na sociedade. Você vai seguindo, isso vai sendo incorporado na escola como camuflagem. Então essa percepção é como o famoso doce na boca de criança, que você dá pra depois você descobrir que, mais tarde estão te tirando. Isso pra um erê não tem discussão, é problemático fazer isso com erê. Ele vai cobrar.

Ele vai cobrar pode também ser entendido como o que sentimos quando questionamos o racismo velado. Esse tal racismo velado é vivenciado todos os dias por nós, quando ouvimos: *não fala assim! Você não é preta, você é morena!* Isso é racismo quando, sendo preta, você se torna uma pessoa inferior a quem tenta te embranquecer, dizendo que você não é. Stefanie continua:

Até então a gente tem a ingenuidade de achar que: “ah, talvez, não tenha sido por querer”. Isso a gente vai camuflando pra se autodefender também daquele rolê, que parece que tá acontecendo alguma coisa, mas não é bem isso que tá acontecendo, né? Mas você vai empurrando com a barriga. É isso aí, enfim, pode ser uma estratégia... tô refletindo enquanto respondo também.

3.2. Porque não é só um penteado. É uma mensagem que estamos passando.



Fonte: Arquivo pessoal

*Meu nome é Carla. Eu tenho 21 anos.
Sou do Rio de Janeiro e eu sou trançista e circense.*



Fonte: arquivo pessoal

Então, eu nunca pensei na minha vida em ser tranquista e muito menos circense. Eu sempre quis muito ser estilista. Eu me lembro que eu tinha uns cadernos de desenho e que eu gostava muito de desenhar.

Ser estilista é uma coisa que eu trago desde criança, desde o ensino fundamental, as memórias que eu tenho, eu lembro que eu ficava desenhando, sabe, no pátio da escola. Mas a trança, eu tive esse encontro com a trança uma vez que uma prima minha, ela sempre fez nagô, essas coisas, sendo que eu nunca tinha parado pra analisar. Eu era bem nova. Aí teve uma vez que ela pegou pra fazer em mim. Aí, eu fiquei prestando atenção em como ela fazia, o jeito que ela fazia, sabe? Aí quando eu cheguei em casa eu perguntei a minha mãe, como ela fazia e por quê, como aquilo ali aconteceu. Aí, a minha mãe, tinha umas coisas que ela sabia, outras coisas que ela pesquisou pra me falar. Enquanto ela foi falando eu fui me achando naquilo, porque é muito isso: a gente se encontra. Porque não é só um penteado. É uma mensagem que estamos passando.

Kilomba (2020) resgata a lembrança do período histórico da escravização, e contribui:

historicamente, o cabelo único das pessoas *negras* foi desvalorizado como o mais visível estigma de negritude e usado para justificar a subordinação de africanas e africanos (Banks, 2000; Byrd e Tharps, 2001; Mercer, 1994). Mais do que a cor de pele, o cabelo tornou-se eu mais a mais poderosa marca de servidão durante o período da escravidão. Uma vez escravizadas/os a cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos senhores *brancos*, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de “primitividade”, discordem, inferioridade e não-civilização. O cabelo africano foi tão classificado como “cabelo ruim”. Ao mesmo tempo, *negros* e *negras* foram pressionadas/os a alisar o “cabelo ruim” com produtos químicos apropriados desenvolvidos por indústrias europeias. (KILOMBA, 2020, p. 126-127)

Perguntas recorrentes relacionadas à higiene dos cabelos de pretos, não por cor, mas por etnia, jamais foram questionadas se tratando de cabelos de brancos.

É verdade que trança é o referencial de cabelo de preto caído, e não pro alto. Por vezes melhor aceito, justamente porque não está “armado”, tal como nos acostumamos a ouvir no dito popular de que *cabelo de preto é igual a bandido, quando não está preso, está armado*. Assim se propagou o aprisionamento dos cabelos de pretos.

E ainda sim, a trança. A trança. Não é só o penteado. Encantar-se pela cultura da sua origem também é algo construído. Tudo que é de preto é ruim, demoníaco, marginal e tantos outros adjetivos que poderíamos citar.

Entender-se como preto e preta na sociedade brasileira, que a todo momento mina a tentativa de ascensão do povo preto, é militância, é resistência, é entendimento. É Conhecimento: de si e do outro.

Mais uma vez, como em redes, trago os entrelaçamentos que o trabalho com as narrativas nos possibilita. O não imaginar, mas estar. É verdade que, de um modo geral, os seres humanos fazem escolhas sobre qual direção seguir, em que acreditar ou não, que chamamos muitas vezes de intuição. Mas a preocupação de investimento para formação que pode não dar certo e o tempo que não se tem a perder, a ansiedade e o medo da decepção, é bem mais habitual para o povo preto. O povo preto não tem tempo de falhar.

3.3. Tem tanta gente na loja. Por que ela não tá perguntando para essas pessoas querem ajuda?



Fonte: arquivo pessoal

Meu nome é Valéria, sou animadora cultural e professora de dança Afrô

Ela (a mãe) ia dar aula de corte e costura, mas se inscreveu na Dança Afrô. Achei um absurdo porque a pessoa não tinha coordenação motora, gente. Eu nem sabia dar esse nome, mas eu sabia que ela não tinha jeito. O que é ter jeito, né, mas tinha esse julgamento.

E aí eu falei: Mãe, a senhora se inscreveu pra Dança Afrô? Eu nem sabia o que era Afrô, mas falou “dança”, eu já achava um absurdo. E aí ela: Sim! Eu falei: mas a senhora não sabe dançar! E ela: ué? Mas eu vou dançar! Eu vou aprender! Vou ser a primeira bailarina! Eu: de trás pra frente, né? E ela: vai lá ver! Eu vou arrasar!

E assim fomos eu e Vânia assistir. Vânia é treze anos mais nova que eu. Fomos assistir.

Chegamos lá. Dito e feito! Todo mundo indo pra direita, a criatura indo pra esquerda sozinha e com movimentos criados por ela, solo! E a gente rindo. E ela fazendo a linda e maravilhosa no carão. Carão ela tinha.

Fez o primeiro, fez o segundo e eu tô rindo. No terceiro, ela já passou e falou assim: eu pelo menos tô fazendo! Não tô sentada aí rindo dos outros. Levantei na hora. Começamos a dançar.

Fiz um movimento com ela, fiz o segundo, tô procurando minha mãe. Cadê minha mãe? Minha mãe meteu o pé. Meteu o pé! Quando eu olho assim, tá ela indo embora. Mas aí também não consegui sair da aula. E isso já tem uns 32 pra 33 anos.



Fonte: arquivo pessoal

Tem uma coisa dentro do mercado atual, que não é uma roda nova, mas também é uma nova roda.

Dentro dessa nova roda tem uma estrutura de mídia muito importante para o povo preto, que pode não tá dentro do horário nobre de umas emissoras que não vou citar nome pra não dar prestígio a quem não me prestigia. Embora, tu sabe que eu faço meus trabalhos por lá! Mas é isso: eu sei até onde eu vou. Meu cachê chegou, tá massa! Mas, mesmo essa emissora, por que agora não abre mais protagonismo? É porque ela não quer estar fora dessa organização.

A narrativa acima se refere ao questionamento do protagonismo preto dentro das construções fictícias das grandes mídias e emissoras. Sabemos que no mundo das artes, assim como nas universidades, na implementação de políticas afirmativas, não tem sido diferente.

MPT notifica Globo por falta de negros em novela e recomenda mudanças

Publicado em 12/05/2018 - 18:41

Por Isabela Vieira - Repórter da Agência Brasil ** Rio de Janeiro

O Ministério Público do Trabalho recomendou à *TV Globo* 14 medidas para promover a participação de pessoas negras em produções audiovisuais e no jornalismo.

Mais uma vez, ratificamos o mercado escasso com o qual a população marginalizada se depara há séculos. O racismo é tão naturalizado, como já dito, que a justificativa de incompreensão ou de inocência, de não intencionalidade, atravessa o discurso frequente de quem o comete. E sob alegação de que não são racistas, quem o comete incorpora elementos culturais do povo preto em seu uso e consumo, como uma alegoria.

A divulgação de produtos que trazem as marcas da cultura negra cresce por tendências. O consumo desses produtos gera capital econômico para as grandes instituições e, de certa forma, a sensação de dívida paga para alguns segmentos. O problema é que, como toda tendência, em algum momento essas produções serão esmagadas, não por acaso, por outros produtos que impõem o modo de ser, de estar, de viver e de ser aceito pela branquitude.

Isso porque a produção negra não é uma regra. A ela cabe a tentativa de estabilidade dentro de um grande mercado, que é construído sobre a estrutura do racismo. Isso faz com que os artistas pretos, assim como toda a população preta brasileira, enfrentem a desigualdade nas oportunidades e a baixa remuneração no exercício dos mesmos ofícios que a população não preta.

Ao racismo, só resta nos matar mesmo, porque não tem mais justificativa. As academias a gente já ocupou. Temos toda a autonomia e padrões para sermos reconhecidos em qualquer lugar. Porque nós somos 56%. Já foi dado.

Mas quando ainda nos olham dessa forma... tem uns que olham com medo. Eles vêm com olhar de racismo. Mas vem tenso. Já percebeu isso, agora um olhar de racismo tenso?

A tensão também é produto da tendência atual. Há uma preocupação em ser reconhecido, lido pela sociedade como racista, mas não a preocupação de efetivamente ser racista. Ser entendido como racista implica em toda a repercussão que isso pode produzir, mais uma vez, midiaticamente, não individual ou socialmente.

Valéria contou sobre um dos muitos episódios de racismo que passou por esses tempos de pandemia⁵. Ao longo da conversa, ela narrou estar em uma loja 9de acordo com Valéria, essas manifestações acontecem eventualmente em lojas), desta vez à procura de um borrifador para colocar álcool e usar no dia a dia. Ao conversar com um amigo que a acompanhou, próximos ao balcão, uma mulher branca lhes perguntou se precisavam de ajuda.

Tanta gente na loja. Por que ela não tá perguntando para essas pessoas se querem ajuda? Somos dois pretos e entramos na loja, né? Ainda bem que não tinha nessa loja o que a gente queria. Quando a gente atravessou a rua, tinha um moleque preto vendendo borrifador numa barraca. Olha, isso é axé! Compramos logo dois. Falei para ele: sabe por que a gente tá comprando aqui? Não é porque é mais barato, não! A gente tá comprando aqui porque você é preto.

Porque você é preto. A ideia de *quilombo* é colocada na conversa pela própria Monã (Valéria Monã é o nome de trabalho). Negada como questão maternal quanto ao acolhimento de seus semelhantes e referenciada pela Orixá Nanã que não criou seu filho também Orixá Omolu, em comparação com as mães carnavais, ela também possui suas enfermidades físicas, psicológicas, espirituais, e levanta o questionamento de ideal do que é ser mãe. É a que está sempre disponível. A que é machucada porque perdoa. A que está também no quadrado imaginário social do servir. Esquecendo-nos de que mãe também é gente.

Filha de Dona Wanda da Baixada Fluminense, sobre quem inicia sua narrativa com encantamento e admiração, Valéria tem sua mãe como a pessoa mais importante de toda sua vida, sabendo que jamais poderia não ser como ela.

⁵ Durante a escrita desta monografia fomos mundialmente atravessados pela pandemia da Covid-19, que exigiu a elaboração de protocolos pela Organização Mundial da Saúde, recomendando isolamento sooidal, uso de máscaras e higienização das mãos com álcool 70°.

Não existe um ideal de ser humano. Mas para algumas pessoas, o direito de escolha, de gostos, preferências é dado. Para outras, cabe o que lhes é permitido. Da mesma forma que não existe um ideal de sociedade. Contudo, uma sociedade atravessada pela estrutura do racismo terá sempre muito o que se modificar. Uma sociedade onde se naturaliza a perseguição do povo preto nas lojas tem muito o que mudar. Uma sociedade onde não se vê o povo preto na televisão tem muito o que mudar. Uma sociedade que justifica o discurso do racismo como liberdade de expressão tem muito o que avançar.

4. CAMINHOS DAS PEDRAS

Certa vez, eu estava em sala de aula coordenando uma atividade que, aparentemente, poderia ser considerada sem sentido, chata, “nada a ver”, como diriam os alunos. Era uma atividade para falarmos sobre nossos sonhos. A escola fica próxima a uma das favelas mais movimentadas do município do Rio de Janeiro, na zona norte.

Um dos companheiros que compunham aquela classe não quis participar, porque imaginou que a atividade fosse permitida apenas para quem soubesse ler e escrever. Era um jovem afastado do ensino formal do sistema de escrita alfabética que se sentiu excluído dos saberes escolares que, segundo ele, iriam vigorar naquela proposta.

É claro que o processo de alfabetização e de letramento estavam contidos na atividade, mas como já apresentado por mim nesta pesquisa, os conhecimentos que atravessam a prática educativa ultrapassam os padrões estabelecidos institucionalmente.

Ele não sabia soletrar seu próprio nome, mas sabia vender balas no sinal. Ele não sabia armar uma conta em uma folha de caderno, mas sabia dar trocos. Ele não era formado em nenhuma área de negócios, mas criava seus galos para briga. Ele não fazia hipismo, mas queria ser jóquei. Eu mesma aprendi o que significava essa palavra (jóquei) com esse aluno, dentro daquela sala de aula. Era a proposição do ensinar atravessada com pela recíproca do aprender. Obviamente, eu descobri isso porque depois de alguma insistência descontraída, ele topou participar da atividade que eu estava dinamizando.

Estava eu ali, frente a frente com um jovem, preto, favelado, de família numerosa, desacreditado de suas possibilidades, como reflexo da estrutura que lhe é apresentada pelas mídias e sendo testemunha da trajetória que foi determinada para ele. Já sabemos que o racismo e o preconceito se fazem presentes em todas as instâncias e espaços construídos socialmente.

É verdade que o mercado, assim como todas as ocupações de ascensão social, é escasso para as populações compreendidas como minorias, ou seja, as que compõem os espaços de marginalização e subalternização de maneira diversa.

Poderíamos nos debruçar sobre as taxas atuais de mortalidade da população preta, principalmente da juventude, sobre o índice de desemprego que vem aumentando de maneira considerável, o trabalho “alternativo”, ou autônomo, muitas vezes nomeados como “microempreendimento”, que não assegura direitos trabalhistas, e que, por vezes, são

análogos à mão de obra escrava, dentre outros tantos fatores, recorrentes da crescente narrativa de ódio que se tem propagado por meios de comunicação e por figuras representativas na atual conjuntura, além da crise econômica seguida de má e desonesta gestão governamental que assola o Brasil.



Desigualdades por cor ou raça

Taxa de homicídio de pretos ou pardos é quase três vezes maior que a de brancos

Editorial: [Estatísticas Sociais](#) | Marília Loschi | Arte: Simone Mello

13/11/2019 10h00 | Última Atualização: 13/11/2019 10h36



Jovens pretos ou pardos são o grupo com mais chances de ser vítima de homicídio - Foto: David Whitaker/Nappy

As taxas de homicídio no país não se reduziram no período de 2012 a 2017. Pelo contrário, entre pessoas pretas ou pardas, essa taxa aumentou de 37,2 para 43,4 mortes para cada 100 mil habitantes, enquanto, para a população branca, o índice ficou estável entre 15,3 e 16. Essa diferença significa que pretos ou pardos tinham 2,7 vezes mais chances de serem vítimas de homicídio em 2017.

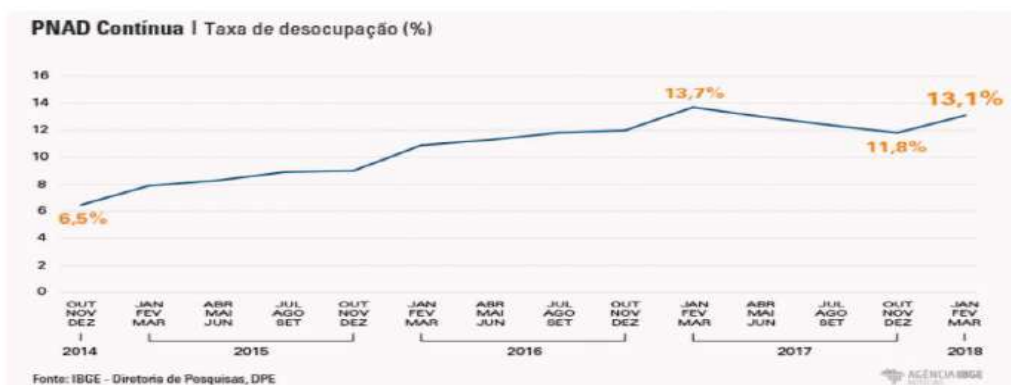


Foto Ilustrativa

A taxa de desemprego no Brasil vem sendo alarmante nos últimos anos e com o surto de coronavírus especialistas apostam em mais demissões, por conta dos [prejuízos acumulados](#) pelas empresas durante a pandemia. Nos últimos, a taxa que ficou entre 11% e 12% pode saltar para 16%, caso as previsões mais pessimistas se confirmem.

Trabalho informal segue em alta; país tem quase 12 milhões de desempregados

Taxa de desemprego cede e fica em 11,2% no último trimestre. Trabalho sem carteira ainda cresce mais do que o formal

Redação | Rede Brasil Atual
 | 28 de Fevereiro de 2020 às 16:02



Pais tem 11,9 milhões de desempregados, 26,4 milhões de "subutilizados" e 4,7 milhões de desalentados - Arquivo/Agência Brasil

De maneira alguma a pretensão desta pesquisa foi reforçar concepções relacionadas à predisposição de sujeitos ao fracasso. O que pode ser levado em consideração são as práticas sociais de acordo com os marcadores sociais e individuais de cada sujeito. Sobre isso, podemos trazer para discussão tecida por Bourdieu (1994), em que o autor apresenta algumas respostas a respeito de reprodução de desigualdades sociais, inclusive no interior das instituições escolares. Isso tudo existe e ao que parece temos bastante trabalho pela frente numa tentativa de neutralizar essas discrepâncias estruturais.

Ainda sim, possuímos nossas táticas emancipatórias. Certeau (1994) explica que é a relação social que determina o indivíduo, e percebe a individualidade como local onde se organiza a pluralidade de vivências sociais. Segundo ele, é possível compreender indivíduo a partir de suas práticas sociais.

Valéria Monã se aperfeiçoou em suas aulas de dança oferecidas para comunidade até começar a ministrar suas próprias aulas de Teatro e Dança Afrô para essa mesma comunidade e também outras. Atualmente, ela trabalha em produções eventuais para a grande mídia, mas esse não é o foco do seu trabalho, nem sua principal fonte de renda. Foi o saber de sua comunidade que a fez artista e educadora. E quando a ordem é invertida, ela não exita em corrigir:

Não! É o contrário. Eu sou animadora cultural. Depois atriz, dançarina, e todas essas coisas. Porque se a animação cultural não tivesse segurado a minha onda, de território, de valorização do meu território, de reconhecimento, eu tinha me perdido no meio do caminho. Porque muitos se perdem, porque começam a não olhar para trás. Aí se perde, porque o que tem na frente não tem reflexo da gente. Não tem. Você se vê na faculdade que você estuda? Você pode ver pessoas com cabelo igual ao seu? Mas você se identifica mais

com quem mora na Baixada... tô mentindo? Por mais que você troque como eu troco com um monte de gente. E toda vez que vão botar o meu currículo para apresentação, sempre falo pra colocar, dizem “Valéria Monã, atriz, bailarina”, eu falo: Animadora Cultural do CIEP 175, São João de Meriti, na Baixada Fluminense, por favor, não perca isso!

Stefanie Teixeira, a Îs, que já foi empregada doméstica, que já foi cuidadora de crianças, transformou um ambiente que tinha tudo para não promover saúde mental, em tranquilidade para seguir em frente na sua vida acadêmica, um *espaçotempo* onde não havia familiares ou conhecidos. Também passou pelo processo de vender guloseimas na universidade e utilizou sua conexão com a ancestralidade e os saberes já trazidos na bagagem, para caminhar rumo à autonomia, ministrando suas aulas de yoga para comunidades diversas.

Já Carla, por sua vez, foi até sua mãe para saber mais sobre uma cultura que é sua e que, outrora, lhe foi usurpada. Se aperfeiçoou nesse conhecimento das trancistas. O que antes, para ela, era apenas um penteado, hoje se tornou fonte de saber sobre o qual ela é referência em todo o município do Rio de Janeiro. Morando na Baixada Fluminense, Carla é solicitada em bairros de zona sul, zona oeste, zona norte e centro. O conhecimento de sua cultura, neste caso, se tornou base de autonomia e de independência econômica.

Como essas mulheres, temos tantas outras e outros. As/os costureiras/os, que se arriscam desde bainhas de calças a tapetes de fuxicos, assim como minha avó fazia.

Os vendedores, que carregam o isopor com água, refrigerante, cerveja, sacolé, com a corda envolta por toalha, para evitar o corte no ombro, andando de um ponto a outro nas praias, como meu pai fazia, ou em trem e metrô. O que vende mesmo é a lábia desses trabalhadores. O preparar do discurso, o preparo das palavras-chaves que despertem o interesse da clientela, isso é saber subalternizado.

O pedreiro que, por vezes, pode não teve a possibilidade de acessar os saberes escolares da matemática, da química, da física. Fala de prumo, régua e utiliza todas essas matérias no processo de construção de seu trabalho. No fim, as paredes ficam alinhadas, o que não aconteceria caso eu, lida pela sociedade como possuindo conhecimento superior devido o ambiente acadêmico que venho ocupando, não teria tal habilidade ou competência. Isso eu também sei porque meu pai me mostrou ao vivo e a cores, quando por ventura, estava no ambiente onde vi seu suor se misturar à massa que ele mesmo preparava.

E tantas outros saberes dos cotidianos, que existem de inúmeras maneiras, mas que são colocados à margem e subalternizados por serem, culturalmente, de origem popular. Sobre isso, Santos (2008), tece.

Já tive ocasião de referir que o fundamento do estatuto privilegiado da racionalidade científica não é em si mesmo científico. Sabemos hoje que a ciência moderna nos ensina pouco sobre a nossa maneira de estar no mundo e que esse pouco, por mais que se amplie, será sempre exíguo porque a exiguidade está inscrita na forma de conhecimento que ele constitui. A ciência moderna produz conhecimentos e desconhecimentos. Se faz do cientista um ignorante especializado faz do cidadão comum um ignorante generalizado. Ao contrário, a ciência pós-moderna sabe que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional; só a configuração de todas elas é racional. Tenta, pois, dialogar com outras formas de conhecimento deixando-se penetrar por elas. A mais importante de todas é o conhecimento do senso comum, o conhecimento vulgar e prático com que no quotidiano orientamos as nossas acções e damos sentido à nossa vida. A ciência moderna construiu-se contra o senso comum que considerou superficial, ilusório e falso. A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo. É certo que o conhecimento do senso comum tende a ser um conhecimento mistificado e mistificador mas, apesar disso e apesar de ser conservador, tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico. Essa dimensão aflora em algumas das características do conhecimento do senso comum. (SANTOS, 2008, p. 88)

5. HÁ POTE DE OURO NO FIM DO ARCO-ÍRIS?

Não acredito que seja novidade apresentar a estrutura desigual, racista, machista, xenofóbica, homofóbica e de tantas outras manifestações preconceituosas que vigoram na atualidade, por não se tratar de uma conjuntura apenas do tempo presente. No entanto, não poderia deixar de apresentar, de maneira alguma, como é necessário, não apenas o debate, mas a implementação de políticas comprometidas com o enfrentamento dessa estrutura a fim de erradicá-la.

Esta pesquisa se empenhou em apresentar narrativas de praticantes que, em seus cotidianos, rasgam a segregação e descolonizam seus modos de ser e de estar nesse mundo através de suas bagagens com sabedorias e conhecimentos.

Pensar na validação de conhecimentos que, sendo subalternizados, possibilitam a emancipação, no decurso de suas táticas de guerrilhas, de uma classe econômica e racial, é pensar no reconhecimento de saberes populares.

Defendo que seja necessário o reforço de políticas públicas que fomentem, de maneira a serem legitimadas, o diálogo entre o que é produzido nos espaços educativos, nas universidades, nas escolas e o que é produzidos nas comunidades, na medida em que precisamos repensar que saberes tem sido validados. Muitas vezes, continuamos reproduzindo saberes excludentes, pouco ou nada representativos. Soberbas.

Para isso, destaco a relevância do exercício de gestões democráticas, colegiadas, coletivas dos espaços educativos, com tomada de decisões horizontalizada, que ressaltem o protagonismo estudantil, com conselhos onde as comunidades participem das vicissitudes das ações pedagógicas. Desta forma, não mais forcemos a concepção de que os saberes eurocentrados, hegemonicamente presentes nesses espaços, sejam elencados como de maior valor em relação aos saberes populares.

A justiça cognitiva possibilita o investimento na auto estima da população, no sentido de reconhecimento territorial, além de acalorar a sensação/entendimento de pertencimento, entrelaçadas por ativa atuação no combate ao preconceito, seja de classe, epistêmico, racial ou outros que o empoderamento dessa fusão de saberes podem proporcionar.

Assim se dá o entendimento do “eu” como fonte de pesquisa. E se eu me constituo também do outro, não apenas do “eu”, mas do meu semelhante, do que me é familiar, e não

necessariamente do que é exótico (como me foi orientado em algumas formas de pesquisar, a me distanciar tanto do “objeto” a ponto de não reconhecê-lo como meu semelhante), também compreendo esse “nós compartilhado” como fonte rica de contribuição que poderá ampliar minhas possibilidades epistemológicas, afinal, todo conhecimento é autoconhecimento.

Se há pote de ouro no fim do arco-íris... bem, não conheço alguém que tenha encontrado e voltado para apresentar esta narrativa. Assim, como essa incerteza, também incerto é se chegaremos a algum lugar com esse grito.

Assim, com pesquisadoras e pesquisadores praticantes que somos, penso na alternativa de caminharmos com incertezas mesmo. Com dúvidas e erros, mas com disposição e estudos ante ao enfrentamento desta estrutura. Sim, é cansativo! Eu também não aguento mais enfrentar, e enfrentar, e defender, e não descansar. Mas, infelizmente, somos convocadas/os/es para essa guerra que não inventamos, não defendemos, mas que enfrentamos dia após dia.

Não chegamos ao pote de ouro e também não chegamos ao fim desta discussão, talvez porque não seja mesmo essa a ideia.

Com o flutuar do que é o sentir poético, Chico César nos contempla com sua canção *Deus me Proteja* (2008). Para que não nos limitemos ou nos frustremos com nossos erros, digo que só erra quem se propõe a fazer. Por isso, que continuemos sempre juntas/os/es na luta e no caminhar.

*Caminho se conhece andando
Então vez em quando é bom se perder
Perdido fica perguntando
Vai só procurando
E acha sem saber.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho: os cotidianos das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: _____, OLIVEIRA, Inês Barbosa de (orgs.). *Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas: sobre redes de saberes*. Petrópolis: DP et Alli, 2008.

BAKHTIN, Mikhail M. *Para uma filosofia do ato responsável*. Trad. de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. 2.ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012, 160 p.

BARONI, Patrícia, CONCEIÇÃO, Deise Guilhermina. Currículo, táticas, resistências: maneiras de fazer de estudantes egressos negros em tempos de regulação autoritária. *Rev. Espaço do Currículo* (online), João Pessoa, v.13, n.3, p. 446-462, set/dez. 2020.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos da Educação*. Org.: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. Editora: Vozes, Ed. 9, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Revista Scripta*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Tradução de José Gabriel Cunha. Lisboa: Relógio D'água Editores, 2004.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Pesquisa com os cotidianos. *Educação e Sociedade*. vol. 28 nº.98, Campinas, Jan./Apr. 2007.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

MANGUEL, Alberto. O expectador comum: a imagem como narrativa. In: _____. *Lendo imagens*. 4.ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. 2007.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*.

Buenos Aires: CLACSO, 2005.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Currículos e pesquisas com os cotidianos: o caráter emancipatório dos currículos ‘pensadospraticados’ pelos ‘praticantespensantes’ dos cotidianos das escolas. In: Carlos Eduardo Ferrazo e Janete Magalhães Carvalho (orgs.). *Currículos, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades*. 1ed. Petrópolis: DP et Alli, 2012, v. , p. 47-70.

REIS, Graça, RIBEIRO, Thiago, RODIGUES, Allan, GONÇALVES, Rafael, Marques. Estudos com os Cotidianos e as Rodas de Conversação: Pesquisa Político-Poético em Educação. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 3, p. 68-87, Set./Dez. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 5.ed. São Paulo: Cortês, 2008.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos – CEBRAP*, nº.79, São Paulo, Nov. 2007.

_____, MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition*. Nova Iorque: Routledge, 1995.